



Anais da Assembléia

Nº 72

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 24 DE JUNHO DE 1980

ANO VI

**2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.^a LEGISLATURA
ATA DA 70.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 1980
TERÇA-FEIRA**

Presidência do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Srs. Deputados Mário Celso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aginaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leoni, Darcy Deitos, David Chierigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, Gilberto Agibert Filho, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação na ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Antônio Machado, funcionário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

REQUER, outrossim, após aprovação do Plenário, dê-se ciência à família enlutada, residente no Distrito de Tunas, Município de Bocaiúva do Sul.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1980.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Acadêmico de Direito, ocorrido prematuramente dia 21 do corrente nesta Capital.

Filho do Dr. Adolfo Krüger Pereira, Juiz do Tribunal de Alçada

da Capital, família tradicional e das mais ilustres de nosso Estado.

O extinto contava com 25 anos de idade, concluía no final do ano o curso de Bacharel em Direito, fazia parte integrante da Organização da Juventude do PDS, desportista praticante onde era conhecido pela alcunha de Afinho, apelido este herdado de seu pai, Diretor Presidente das Indústrias Donatela Ltda., cujo passamento deixou a sociedade paranaense profundamente consternada.

Associando-se às manifestações de pesar é que solicitamos a presente consignação nos Anais desta Casa, e que do seu pronunciamento seja dada ciência à família enlutada na pessoa do Dr. Adolfo Krüger Pereira, residente à rua Kalil Karan n.º 39 - Alto da rua 15 - nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1980.

(a) QUIELSE CRISÓSTOMO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requer seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS, MD. Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), reivindicando a criação de um Posto de Correio para o Distrito de São Roque, no Município de Santa Helena.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS, MD. Diretor Regional da EBCT, conforme o acima exposto.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1980.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

Fundamentamos o presente requerimento nos inúmeros pedidos apresentados pela população do Distrito de São Roque, distrito este que entendemos reúne todos os requisitos para que esta reivindicação se concretize.

Por ser a correspondência um meio de comunicação barata, segura e eficiente, um Posto de Correio instalado no referido distrito, em muito auxiliará e beneficiará a todos os moradores da região, que assim terão seus negócios e comunicações com todo o Brasil agilizados.

Contamos com o apoio dos nobres colegas Parlamentares, para a aprovação deste expediente.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

Requer seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., reivindicando a instalação de uma Agência Bancária para o Distrito de São Roque, no Município de Santa Helena.

O Parlamentar que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Senhor Presidente do BANESTADO S.A., de acordo com o exposto acima.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1980.

(a) WERNER WANDERER.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de São Roque já possui um Posto Avançado Agrícola, e agora, em união com todo o povo das localidades vizinhas, reivindicam uma Agência Bancária para atender àquela região.

Essa Agência Bancária se faz necessário em função de ser esta área essencialmente agrícola, e todas as operações bancárias realizadas na sede municipal, poderiam ser transferidas para esta Agência, facilitando em demasia a todos os moradores que fazem cercania ao Distrito de São Roque.

Contamos com o apoio dos nobres colegas Parlamentares, por ser este pedido revestido de real interesse para a região em pauta, uma vez que a mesma contribui grandemente com a sua produção para o progresso e desenvolvimento de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando a intervenção do órgão, para imediata viabilização de providências para funcionamento do Gabinete Odontológico instalado na Escola Castro Alves - Ensino de Primeiro Grau, da Cidade de Pato Branco.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1980.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Conforme informações da direção da Escola Castro Alves, de Pato Branco - documento anexo -, aquele estabelecimento de ensino de Primeiro Grau, conseguiu, junto à FUNDEPAR, um gabinete odontológico, para propiciação do necessário atendimento aos alunos carentes.

Todavia, em virtude da falta de recursos, o instrumental foi desativado, encontrando-se paralizado, obrigando a diretoria daquele complexo escolar, recorrer às portas do Poder Público, eis que o estabelecimento é de responsabilidade de manutenção, da rede oficial, objetivando obtenção de recursos para reativação dessa benfeitoria de vasto interesse social.

A Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, dispõe, aqui no Estado, de recursos para atendimento da reivindicação em tela, objeto do presente requerimento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário de Estado da Saúde e do Bem Estar Social, solicitando seja construída uma creche no Município de Itambaracá, que virá sobre maneira, beneficiar ao elevado número de mães itambaracaenses que necessitam se ausentar de seus lares para atenderem as suas obrigações diárias e não disporem de uma pessoa para deixarem seus filhos menores.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Ney Aminthas de Barros Braga e Renato Antônio Johnsson, Digníssimos Governador do Estado e Secretário do Estado do Interior, solicitando a inclusão do Município de Jaguapitã, no Projeto Noroeste para combate à erosão urbana, uma vez que o Projeto Aerofotogramétrico já foi executado face aos grandes problemas que o município vem sofrendo com a erosão urbana que atual-

mente se verifica.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1980.

(a) FUAD NACLI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Marino Bueno Brandão Braga, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, enfatizando a necessidade da instalação da Comarca de Quitandinha, com sede no município do mesmo nome.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1980.

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

De conformidade com elementos estatísticos e descritivos da posição sócio-econômica do Município de Quitandinha, dentro do cenário estadual, dados esses já em poder do Tribunal de Justiça paranaense, entendemos como justa e oportuna a reivindicação proposta por autoridades e povo daquela comuna, no sentido de se promover sua elevação à categoria de Comarca.

Ressalve-se que Quitandinha atende sobejamente os requisitos enumerados no artigo 224 da Organização e Divisão Judiciário do Paraná.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado, NIVALDO ALMEIDA NETO, Digníssimo Secretário dos Transportes e EULER MERLIN, Digníssimo Diretor Geral do DER., solicitando a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando Capitão Leônidas Marques ao Município de Realeza e a pavimentação asfáltica do trecho de menos de 30 km, entre o Rio Iguaçu e a sede do Município de Realeza.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O trecho de pavimentação asfáltica que reivindicamos é complementação da ligação Oeste - Sudoeste do Estado, na continuação da via Cascavel - Capitão Leônidas Marques - Realeza.

A distância a ser pavimentada, como se sabe, é inferior a 30 km, mas a sua implantação é medida racional, urgente e prioritária, a qual será acesso entre o Mato Grosso do Sul - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul pela fronteira oeste.

Mas, a ponte se constitui fator de potência na integração desses Estados, e principalmente o canal de fortalecimento da economia do extremo Oeste-Sudoeste paranaense.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores NEY AMINTHAS DE BARROS BRAGA, Digníssimo Governador do Estado, NIVALDO ALMEIDA NETO, Digníssimo Secretário dos Transportes e EULER MERLIN, mui Digno Diretor Geral do DER, solicitando a estadualização para conservação, melhoramento e posterior pavimentação das seguintes estradas partindo do Município de Guaraniáçu:

- a) Da sede, passando por Santa Luzia, transpondo o Rio Piquiri, Distrito de Altamira no Município de Palmital, até Nova Cantu.
 - b) BR-277 ao Distrito de Diamante, ultrapassando o Rio Piquiri até o Distrito de Laranjal, no Município de Palmital.
 - c) BR-277 passando pelo Distrito de Guaporé, Rio Piquiri até Nova Cantu.
- Sala das Sessões, em 24 de junho de 1980.
(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Guaraniaçu passa por uma série de transições de natureza econômico-social que vem se agravando pelo descaso com que o seu Prefeito vem administrando o município, visto que por ser médico, preocupa-se mais com o seu hospital do que com o destino do município, conforme é a generalizada reclamação dos munícipes.

Comunidade cuja economia é basicamente fundamentada na agricultura e com território altamente acidentado, não há praticamente recursos municipais para adequar a rede de estradas sob a responsabilidade exclusiva da Administração municipal.

Por outro lado, o Estado nenhuma despesa tem no município com estradas, visto que o sistema viário é mantido apenas pelo município.

Sabe-se que este é um dos municípios de maior produção de milho e suínos do oeste do Paraná, além da sua larga produção de soja, arroz e feijão.

Nestas condições, é imperativa a presença do Estado através da Secretaria dos Transportes e DER, no sentido de subsidiar o entusiasmo dos agricultores servindo-os de estradas compatíveis com as suas contribuições econômica-financeiras e social no desenvolvimento do Paraná.

Esta reivindicação é praticamente uma cobrança de promessas governamentais, as quais recentemente também teriam sido ratificadas pelo atual e digno Governador Ney Braga.

Não se trata apenas de cobrança de natureza política ou de caráter partidário, mas é uma aspiração baseada no legítimo direito de retribuição dos tributos que esse povo recolhe aos cofres públicos, pacífica e ordeiramente, esquecendo-se muitas vezes que estas reivindicações derivam de um direito elementar, ao qual, estamos certos o Governo estará sensível e pronto para atender.

As estradas a que se referem essas reivindicações, tornam-se uma alternativa de ligação entre o oeste e o centro-oeste do Paraná, sem que os usuários tenham que dar a volta por Cascavel até Ubatã e posteriormente alcançar Nova Cantu, Campina da Lagoa e Palmital, permitindo uma economia de combustível apreciável, superior a um trecho de 120 km.

Aliás, o correto seria, "a priori", corrigir e melhorar estas estradas preparando-as, desde logo à sua posterior pavimentação asfáltica.

Por ora e de forma urgente, fazemos este apelo ao Governo, e para o próximo ano que se atribua verba orçamentária e planejamento para asfaltar este acesso entre o oeste e centro-oeste do Paraná, a exemplo do que reivindicamos reiteradamente desta Assembléia durante cinco anos, a ligação oeste e sudoeste, hoje uma realidade concretizada por uma rodovia asfaltada.

PROJETO DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 89/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica criado o Município de São Manoel, com território desmembrado do Município de Indianópolis,

sede na localidade do mesmo nome e divisas seguintes:

— "Começa no rio dos Índios, na foz do Córrego Santa Rita; sobe por este até sua cabeceira e daí numa linha seca e reta na direção oeste, até encontrar a cabeceira do seu contra-vertente; por este abaixo até o Ribeirão São João e por este abaixo até encontrar a divisa entre os Municípios de Indianópolis e Rondon; por esta, na direção geral do Nordeste, até o Rio Ivaí; por este acima, até a foz do Rio dos Índios e por este acima até a foz do Córrego Santa Rita, ponto de partida."

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1980.

(a) LÁZARO DUMONT.

JUSTIFICATIVA:

A localidade de São Manoel, Distrito de Indianópolis, é uma das regiões dentro da Comarca de Cianorte, que vem apresentando um surto desenvolvimentista dos mais acentuados.

Quer no setor econômico, social, político e cultural, o progresso tem marcado as suas estruturas, ocasionando a aspiração da sua laboriosa população a que, sua comunidade venha, através do desmembramento, emancipar-se, despontando como um novo Município a florescer no nosso Estado, a fim de que o seu progresso possa ajudar no desenvolvimento da nossa Nação.

A documentação que anexamos ao presente, comprovam estarem preenchidos os requisitos legais previstos para que esta augusta Casa de Leis, possa através da sua análise, convalidar o anseio da população saomanoelina, na proposição que ora apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Está finda a leitura do expediente.

A Presidência registra com satisfação a presença em nosso plenário, do Sr. Deputado Federal Norton Macedo.

Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Merecidamente, dedicamos um voto de louvor à Escola de Recuperação de Alcoólatras e Fumantes da Vista Alegre das Mercês, ERAF-VAM, que comemora o seu primeiro ano de funcionamento contínuo. Neste período atendeu 150 pessoas, aproximadamente, desenvolvendo a terapêutica de como abandonar os vícios do alcoolismo e do tabagismo.

Quando inaugurada em maio de 1979, os seus primeiros planejadores tinham em mente um único objetivo, que era o de atender, orientar e, principalmente, recuperar definitivamente, as várias pessoas interessadas em se libertar da escravidão do vício.

Sua inicial diretoria, composta de pessoas altruístas, como o jovem Aírton Domingues, o médico Dr. Fernando Demário, e o Diretor do Boletim Temperança, Sr. Dácio Annunziatto, o Pastor César Wichert, da Igreja Adventista do Sétimo Dia, contou com o apoio inestimável de várias outras pessoas, que dedicaram valiosa colaboração levando avante o ideal nobre de recuperação dos pacientes.

Na primeira fase de tratamento aos interessados, foi realizado um curso de "Como Deixar de Fumar em Cinco Dias", onde cerca de trinta pessoas deixaram do seu vício.

Assim, notamos que tal empreendimento obteve uma positiva repercussão. Outras comunidades de nossa cidade, iniciaram planos para multiplicar o número de escolas de recuperação, como a que já está funcionando no Bairro do Juvevê, baseada na mesma filosofia da ERAF-VAM.

Não poderíamos deixar de destacar nomes de pessoas que têm batalhado, no maior desenvolvimento dessa causa, como o seu atual diretor, Sr. Ageu Leal, e os médicos, Drs. Günther Hans, Jônatas Reichert e Miguel Losso.

Outro passo de grande e promissora importância, é o projeto que a Organização Adventista do Sétimo Dia está em vias de efetivar, através de convênio (em estudos), com o Governo do Estado. Esse intento prevê a criação permanente de um ambulatório especializado em tratamento de alcoólatras e tabagistas, em Curitiba.

Para isso, já foi realizada uma primeira reunião entre médicos, líderes adventistas, militantes das campanhas contra esses vícios, e uma representante da Secretaria da Saúde e do Bem-Estar Social, verificando-se, na ocasião, a viabilidade desse empreendimento que, certamente, merecerá a colaboração de tantos quantos pretendem minorar o sofrimento dos que, encontram-se envolvidos pelos danosos efeitos do álcool e do fumo.

Com satisfação, portanto, registramos desta tribuna, o relevante acontecimento, fazendo votos que cada vez mais prospere o idealismo da plêiade de dedicados co-estaduanos que procuram o bem-estar físico e espiritual da nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado João Elísio, inscrito.

Antes porém, a Mesa registra com satisfação a presença dos Senhores Vereadores Guilherme da Silva Moura, Euthino Barreni, Oswaldo Ribeiro, Durcilio Zubirolli, Elizeu Petrelli de Victor e José Bolodário.

Com a palavra, o Sr. Deputado João Elísio.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Quando neste momento, vozes de todos os setores cafeeiros se levantam com a finalidade de amparar a cafeicultura brasileira, na parte que mais lhe afeta que é a questão dos preços do produto, não podemos deixar de apresentar a nossa posição, demonstrando a nossa solidariedade aos homens do café, quando enfrentam esse magno problema que, inegavelmente, representa o ponto principal da nossa economia, da nossa produção e da nossa riqueza.

Na atual conjuntura, fatores os mais adversos vêm impondo dificuldades nos meios rurais, notadamente no setor cafeeiro, cujas safras se escasseiam, coincidindo com o espantoso aumento dos custos, quer seja na mão-de-obra, e também no alto custo dos equipamentos utilizados para manutenção de nossas lavouras, necessário se torna que o Governo, que também auferiu bons resultados, com sua acentuada participação nesses preços, através da “taxa de contribuição”, se faça presente, reconhecendo a necessidade de proporcionar melhores condições de vida ao produtor, fixando um preço de garantia compatível com os seus anseios e que se ajuste às mínimas necessidades.

As entidades de classe do País já se movimentam, apresentando reivindicações em torno de uma garantia mínima de Cr\$ 7.000,00 por saca, com financiamento na base de 80 por cento desse valor, com sustentação de mercado e estão à espera de uma palavra do Governo, de onde possa advir a tranquilidade de que tanto necessitam.

Estamos convictos de que o Governo Federal muito ganharia com a cooperação desses líderes, que uma vez atendidos em suas justas reivindicações, não deixariam de oferecer a sua solidariedade recíproca, assumindo, por outro lado, a responsabilidade de colaborarem no incentivo de aumento da produção, gerando maior índice de divisas para a nossa balança de pagamentos.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a

palavra ao Sr. Deputado Fidélino Tolentino, inscrito.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Durante vários anos, na legislatura anterior, em todo o seu período, reivindicamos aqui, desta tribuna, a construção de uma rodovia que pudesse ligar o Oeste com o Sudoeste do Estado, medida que achávamos ser das mais prioritárias, em termos de obras.

No final do Governo passado, parte desta estrada foi construída, saindo de Cascavel, demandando ao Município de Capitão Leônidas Marques, chegando até o Rio Iguaçu. Mas o trecho que complementaria esta aspiração dos vários estados sulistas, entre os quais inclusive o de Mato Grosso do Sul, para fazer a integração entre os Estados pela via Oeste da divisa da fronteira Oeste do Brasil, este trecho que corresponde aproximadamente a vinte e nove quilômetros, ainda não foi feito.

Há também necessidade de se construir a ponte sobre o Rio Iguaçu, cuja passagem é feita ainda precariamente, por balsas.

É neste sentido que estamos fazendo um apelo, para que o Governo viabilize o orçamento para que, dentro em breve, remanejando verbas, possa concluir esse projeto de grande alcance sócio-econômico dessa região e, inclusive, entre os países vizinhos platinos.

Por outro lado, há seis anos atrás, inclusive com o Deputado Jurandir Messias, debatemos aqui a necessidade da integração também entre o Oeste e o Centro-Oeste do Paraná, mas não só pela BR-369, que liga Cascavel a Campo Mourão. Há uma larga faixa desatendida pelo Governo, que ligaria os Municípios de Guaraniaçu, entre Laranjeiras do Sul e Guaraniaçu, para fazer um conduto, um acesso, para a economia Oeste e Centro-Oeste também ser integrada a todo o movimento econômico-financeiro do Estado do Paraná e, principalmente, Sr. Presidente, no que se refere à agricultura.

Falávamos, certa ocasião, que a produção do mate estava claudicante naquela região, que é a grande produtora do mesmo. E nós, ao fazermos este apelo ao Governo, alertamos para que a prioridade, que se faz através da integração do povo, através de sua economia, da implantação de rodovias, seja realmente caracterizado por prioridade. Entendemos, Sr. Presidente, que se trata de rodovia que todos nós, representantes daquela área, necessitamos.

É neste sentido que faço um apelo aos Deputados do Governo, para que todos façamos esforços, sensibilizemos o Governo do Estado, mais esta vez, e que ao longo destes seis anos, a nossa voz não foi ouvida, não só deste Deputado, mas também do Deputado Jurandir Messias, que tem colocado também estas ponderações ao Governo do Estado.

E é por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos encaminhando dois requerimentos, no sentido da integração de toda essa região, grande produtora de milho, soja, feijão e sobretudo agora, com a implantação de projetos ambiciosos de suinocultura e avicultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tendo declinado, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Erondy Silvério, inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O jornal “O Estado do Paraná”, em nota publicada na coluna “Panorama”, publicou palavras do Presidente Regional do PMDB, Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, no qual Sua Excelência procurou rebater nossa afirmativa de que o movimento

pró-eleições municipais este ano, é demagógico.

Nossa opinião foi dada aqui, fica reafirmada. Invocamos uma pesquisa feita, onde 75 por cento de prefeitos e vereadores de todos os partidos, se manifestaram contrários à realização das eleições.

Entendo que, se a maioria dos membros de uma base partidária é contra, presume-se que o partido se beneficia da medida.

Mas, o PMDB, com passeatas e comícios, escondeu sua posição real, pretendendo faturar prestígio. A isso, apenas a isso, qualifiquei de demagogia e ratifico.

Dissemos também, é bom lembrar, que somos incondicionais defensores de eleições diretas, quantas mais, melhor. Em qualquer oportunidade. E essa é uma posição que defendemos, desde há muito, no acesso mesmo da Revolução de 64, quando nossos pronunciamentos eram então, considerados afrontosos àquele regime de exceção.

Estão aí os Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, como prova do que afirmamos.

Não aceitamos, na explicação do Deputado Waldyr Pugliesi, a parte onde formula uma questão nos seguintes termos, e que não deve ficar sem resposta:

"Ora, quem é o Sr. Erondy Silvério, para falar em nome da Oposição, ele que não tem autoridade moral sequer para manter sua bancada coesa, como pode falar assim, de boca cheia, sobre as intenções de um partido que não é o seu?"

Bom, falamos na intenção de partidários, detentores de mandatos do partido da Oposição, com fundamento numa pesquisa de opinião.

Infelizmente, as eleições deste ano estão sem IBOPE, entre o próprio PMDB. É pena, mas é verdade.

E essa verdade, a meu ver, invalida a farsa dos comícios e das passeatas.

É aquela gritaria do sapo, como bem definiu aqui o nobre Deputado Gabriel Manoel: "Me joguem no fogo, não me joguem na água".

Quanto ao fato de dizer o nobre Deputado Waldyr Pugliesi que não temos autoridade moral para manter coesa a nossa bancada, lamento profundamente, essa recaída do nobre Deputado.

Porque, após divergências iniciais que tivemos nesta Casa, no início de nossa legislatura, divergências que, diga-se de passagem, geradas no campo ideológico, passamos a ter, dali para frente, uma convivência amena, imbuídos ambos nos propósitos sadios de bem servir à terra e à gente paranaense.

Por isso, surpreendeu-me, realmente, a incontinência de linguagem do nobre Deputado Waldyr Pugliesi.

Agora, vou refrescar a memória do nobre Deputado, lembrando um detalhe numérico que não precisa de nenhuma pesquisa: a bancada do PMDB, à qual pertence o Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, na qualidade de Presidente, nesta Assembléia, sofreu a evasão de seis de seus membros, que se foram a integrar bancadas de outros partidos, inclusive a nossa bancada, com o que muito nos honramos.

Nossa bancada, tão má, por nossa atuação, não sofreu esse volume de evasões. E, temos certeza, divergências aqui existem dentro da bancada do PDS, mas são reflexos de uma postura democrática de homens de bem, de homens que estão nesta Casa porque têm um passado. Porque representam parcela da opinião pública.

Então, são homens que têm vontade própria, atuação própria, dentro de uma faixa política própria, outras divergências são aversões pessoais, e isso independe de autoridade moral de quem quer que seja, e por isso, não aceitamos essa colocação de autoridade moral, divergências pessoais, postura democrática, personalidade, devem ser próprias de um representante do povo, independentemente de posição moral.

Depois, quero afirmar ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi,

si, cuja amizade muito prezo, que o Líder do PDS não é ídolo de IBOPE. É apenas um Deputado como os demais, apenas com mais um encargo, para mim honroso, que é de ser líder de um grande paranaense que é Ney Braga.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (Domício Scaramella) Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Devo dizer que o meu Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro, tem participado também de passeatas de comícios, no que diz respeito a defender, a estar coerente com as eleições diretas e o que reza a lei.

Devo dizer a esta Casa, que as considerações do Deputado Erondy Silvério, e as colocações feitas pelo Deputado Waldyr Pugliesi, naturalmente — eu entendo assim — serão sempre antagônicas, mesmo porque, diz o Deputado Erondy Silvério, Líder do Governo que o seu partido defende as eleições diretas.

Lembro-me, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que na sexta-feira passada, quando se programou nesta cidade, Curitiba, sede da Capital do Estado, sede do Poder Legislativo, como manda a lei, alguns jornais publicaram que o Partido do PDS faria realizar, estava na primeira página, faria realizar uma concentração na Praça General Osório, brigando por eleições diretas e para este ano, e que, outros partidos, tomariam parte naquela programação.

Convidado que fui, como representante da oposição, do Partido Trabalhista Brasileiro, como Líder nesta Casa, e após reunião nesta Casa na sexta-feira de manhã, em que compareceu toda a imprensa, e devo abrir um parêntesis de que, nessa reunião em que a imprensa compareceu, todos os partidos representados nesta Casa compareceram, menos o PDS.

E lá, à noite, na sexta-feira, quando chamaram representantes de classe e chamaram os Partidos políticos, para defender a tese que temos defendido de eleição direta e para este ano, sem a prorrogação de mandatos, todos estavam presentes, menos o Partido do Governo, o PDS.

Razão pela qual, Sr. Presidente, Srs. Deputados, acho e a matemática diz isso, que evidentemente seis Deputados do antigo MDB se evadiram ou saíram — talvez a conta seja sete, do MDB, que para mim era uma frente de oposições.

E eu venho aqui agora defender, não só a minha posição, mas a posição dos Srs. Deputados do meu Partido.

Deputado Erondy Silvério. Vossa Excelência criou-se dentro de um partido que não era o PDS, mas era o PSD. Então, Vossa Excelência está acertando numa centena invertida. Eu não. Eu não tinha idade, na época, e os companheiros que tinham idade, como é o caso do Deputado que preside a sessão, Domício Scaramella, faziam parte do Partido Trabalhista Brasileiro.

E eu, moço ainda, jovem, 17 anos, já fazia parte desse partido, sem poder decidir nada lá dentro, apenas olhava. E, quando ingressei na política, foi através de uma frente de oposições, do MDB na época.

E se extinguíram MDB e ARENA, no contexto nacional. Vossa Excelência teve todo o direito de ingressar no seu PSD invertido. Como eu tive o direito de ingressar no PTB, sem inversão nenhuma. E acredito que, se Vossa Excelência quis dizer que a Oposição perdeu aqui seis ou sete membros, não perdeu, não.

Apenas alguns, eu termino, Sr. Presidente, eu diria a Vossa Excelência, que alguns se engajaram no seu partido que realmente quiseram fazer isto. Agora, eu não assumiria a tribuna hoje. Apenas porque Vossa Excelência falou que alguns membros do MDB se engajaram fora do contexto.

Então, quero dizer, Sr. Presidente, para encerrar, bem

claro que no PTB são pessoas que realmente são Oposição. Muito obrigado, Sr. Presidente

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao último orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna hoje para falar a respeito da estrada que liga o Distrito de Santa Tereza, em Cascavel, ao Município de Capitão Leônidas Marques, e à Realeza.

Antes entretanto, quero, sem procuração do eminente líder da Bancada do Partido Democrático Social, nesta Casa, Deputado Erondy Silvério, dizer que o Deputado Daros, mais uma vez confunde as coisas.

O que o Deputado Erondy Silvério afirmou, foi de que havia divergências da Bancada valorosa, do Movimento Democrático Brasileiro. Tanto que havia que diversos Deputados saíram daquele valoroso Partido e ingressaram em outros Partidos.

Se os partidos são de oposição; meia-oposição, posição-meia-boca; ou situação, isto é um problema que a luta política no futuro vai definir.

A nossa posição, a posição do Partido Democrático Social, está expressa no comportamento da bancada na Assembleia, no programa partidário. Nós respeitamos todos os outros partidos com assento nesta Casa. Como cremos ser de dever, que os outros parlamentares ilustres também tenham o mesmo procedimento, com relação ao comportamento de cada um dos Deputados do PDS, com assento nesta Assembleia Legislativa.

Com relação à estrada levantada aqui, que seria uma ligação a mais entre o Oeste e o Sudoeste, quero afirmar que o Sudoeste e o Oeste do Paraná já têm três ligações asfálticas, realmente importantes, para a integração de duas regiões que têm o mesmo tipo de comportamento sociológico. Que tem o mesmo tipo de problema, as regiões Sudoeste e Oeste do Paraná.

Temos a ligação asfáltica desde 1.970, entre o Município de Pato Branco, até Três Pinheiros, na BR que liga, Foz do Iguaçu a Paranaguá.

Temos executada no Governo anterior, a rodovia asfaltada que liga o Município de Dois Vizinhos a Laranjeiras do Sul. E agora, neste período Governamental, o Governador Ney Braga está entregando para uso da população do Sudoeste e do Oeste do Paraná, mais uma ligação asfáltica, que é a rodovia que liga o Distrito de Saudade, no Município de Chopinzinho, à Usina de Salto Santiago e de lá a Laranjeiras, fazendo a ligação com o Centro e com o Oeste, do Estado do Paraná. E a estrada tão sonhada e tão aspirada entre Santa Tereza, Cascavel, Capitão Leônidas Marques, até o Rio Iguaçu, foi construída no período governamental anterior. Custou aos cofres públicos, a quantia de 153 milhões de cruzeiros.

Temos um problema que é exatamente a construção da Balsa sobre o Rio Iguaçu. A maior ponte que deverá ser executada neste período Governamental, com um vão de 450 metros, sobre o Rio Iguaçu, que o Governo haverá de expender, com a construção desta ponte, a quantia de 100 milhões de cruzeiros.

Todos os Srs. Deputados que leram os jornais, o eminente Deputado Túlio Zanchet que acompanhou Sua Excelência o Governador Ney Braga há questão de 4 dias atrás, a Realeza, ou viu o Governador Ney Braga a determinar abertura de licitação pública, para a construção da ponte no próximo mês de setembro. E no mês de janeiro de 1981, o reinício do asfalto ligando o Rio Iguaçu no Distrito de Marmelândia, até a sede do Município de Realeza, com uma extensão não de 29 quilô-

metros, mas de 24 quilômetros.

Portanto haverá um investimento da ordem de 163 milhões de cruzeiros para que esta ligação asfáltica, do extremo Sudoeste, como o Oeste, através do Município de Cascavel, seja executada o quanto antes, segundo determinação do Governador Ney Braga.

Aqueles que estão preocupados em fazer um apelo para que se viabilizem recursos orçamentários, podem ficar tranquilos, porque o Governador Ney Braga, já determinou a execução destas obras.

Quero Sr. Presidente, concluindo, apenas registrar aqui, a luta de eminentes Deputados do meu Partido; do eminente ex-Presidente desta Casa, João Mansur, do Deputado Juranir Messias, do Deputado Túlio Zanchet, representante do Sudoeste, com relação à cultura da erva-mate. Aquelas regiões do Oeste e Sudoeste tradicionais produtoras deste produto que por determinado tempo foi o sustentáculo maior da economia paranaense, estavam realmente necessitadas de um apoio do Governo Federal e os Deputados valorosos da bancada do PDS, não ficaram alheios ao problema, e conseguiram através de expedientes e de apelos ao Governo Federal, para que a cultura da erva-mate, no passado tradicionalmente chamada "ilex-paraguaiensis" tivesse liberada aquelas regiões do Oeste e do Sudoeste, para o reflorestamento através dos incentivos fiscais.

Eram estes os registros que gostaria de deixar nos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No Grande Expediente concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo está com a corda no pescoço e nós chegamos ao fundo do poço.

O Brasil se debate em meio a uma crise econômica sem precedentes em sua história. A inflação oficial de 94,7% acumulada entre maio de 79 e maio de 80, é o indicador mais eloquente da incapacidade do regime de dar solução efetiva ao problema de nossa economia.

A dívida externa continua a crescer assustadoramente. O País devendo 56 bilhões de dólares aos banqueiros internacionais, e só neste ano terá que pagar 15 bilhões de dólares, sendo 6 bilhões e 700 milhões somente na conta "juros".

Além disso, o Brasil importará 11 bilhões de dólares de petróleo. Some as remessas dos lucros e das multinacionais, os "royalties" e etc. e ficará com uma dívida ainda maior.

Estes dados nos colocam diante de um quadro de recessão, e a comunidade financeira internacional não acredita na estratégia econômica do Governo Figueiredo.

A situação brasileira preocupa nossos credores que, como garantia, exige a ingerência do Fundo Monetário Internacional — FMI, cuja proposta nada mais significa do que, ante a situação crítica, submeter o País através da ajuda proposta, objetivando mudanças sérias na política econômica, inclusive que possa garantir a solvência do débito agigantado.

É o reconhecimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o reconhecimento do sistema capitalista internacional da inviabilidade a que chegou o modelo econômico.

O problema mais agudo é que nosso País, historicamente, construiu um modelo econômico de elevadíssima dependência externa, como bem revela a sua conta de petróleo, alcançando 11 bilhões de dólares, isso para um Brasil que dispõe de vasta disponibilidade, de outras fontes alternativas, desde o carvão, álcool, hidrelétricas, etc.

E o que é profundamente grave, este modelo foi definido e imposto pelo empresariado estrangeiro, o mesmo que

agora quer dar um golpe na autonomia do País, amarrando-o à orientação contracionista do FMI.

O pior é que esta crise tem um caráter novo: a recessão vem acompanhada de um processo inflacionário. E então o desemprego se junta com a elevação do custo de vida, e a desesperança passa a rondar todos aqueles que sobrevivem do trabalho.

Segundo dados do DIEESE, a taxa de desemprego no País está perto de 30%, média no Brasil, e tudo indica que estes números deverão crescer nos próximos meses.

Os investimentos tiveram uma queda real de 21,3% durante o ano passado. No Nordeste, a queda da produção foi de 2,5 conforme informa a Fundação Getúlio Vargas. As medidas restritivas anunciadas pelo Governo, agravarão estes índices, aumentando ainda mais o desemprego, num País em que 4 mil pessoas ingressam diariamente no mercado de trabalho.

E o que dizer das novas medidas? Sempre o Governo agindo com mais violência sobre as camadas populares, sobre o assalariado, sobre aquele que ainda está empregado.

Segundo o IBGE em cada 100 assalariados, 32,5 vivem ou sobrevivem nas estreitas bitolas do salário mínimo regional; outros 25,8% vegetam na maldita faixa dos de 2 salários mínimos; e 18,4% apenas conseguem se equilibrar entre 2 e 5 mínimos.

Em síntese, 8 trabalhadores em cada 10 ganham menos de 5 salários mínimos, ou 6 em cada 10 resistem milagrosamente com menos de 2 salários, estrangulados que estão, nos porões da miséria absoluta e nos limites da tolerância biológica.

E veja-se que em maio, cálculos feitos provavam que a cesta alimentar baseada no Decreto-Lei que instituiu salário-mínimo para 5 talheres, custaria 11 mil e oitocentos cruzeiros.

Todavia o salário há muito tempo de fome, e, agora, ainda mais inconstitucional, alcança acanhados 4 mil e 700 cruzeiros.

Não devemos esquecer ainda, que quando afirmamos há pouco que a inflação está em 94,7% é a oficial de maio a maio, porque a temível inflação de 3 dígitos, admitida pelo Governo para este mês, já é uma realidade desde dezembro do ano passado, quando o índice chegou a 101,1% mantendo-se basicamente neste patamar até maio último, dado este disponível.

Para se concluir que já estamos com a inflação superior a 100%, é a própria Fundação Getúlio Vargas que utilizou-se para informação interna do índice geral de preços, conceito de disponibilidade interna daquela entidade, com base na média dos últimos 6 meses, e aí fez a equivalência anual.

E quem vive com a inflação de 100%?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, para o povo a situação é negra, o nível de insatisfação popular cresceu a tal ponto que se vê em qualquer camada da sociedade brasileira, a não ser naqueles que se beneficiam diretamente do regime, se vê apelos de mudanças da política econômica.

E o regime não tem outra resposta que não sejam as velhas formas monetaristas já testemunhadas e marcadas pelo absoluto insucesso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O povo não confia. Sua experiência recente mostrou que as soluções do regime representam o seu sofrimento. A cada proposta do Governo de melhoria, aumenta o sofrimento do povo brasileiro.

E o povo manifesta seu repúdio, quando pode, em manifestações que vão das vaia aos governantes à greve geral do ABC e do grande apoio que esta greve teve, inclusive com o Instituto GALLUP provando a queda vertiginosa do governo na análise da sua presença na questão da greve do ABC;

Mas, mais do que isto, as agressões continuam à própria população.

E agora são os dados da receita federal que provam o que todos sabem: Ricos pagam menos impostos que os pobres.

Os últimos dados da Receita Federal provam que as profundas distorções se ampliam, as diferenças fiscais são enormes, com disparidades de renda agravadas.

Conforme documento daquele órgão, os 5.286 milionários, apresentaram em suas declarações de Imposto de Renda este ano, cerca de Cr\$ 239.500.000,00 como rendimentos não tributáveis e ofereceram à taxa progressiva, tão somente 13,8 bilhões.

Vale a pena repetir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, talvez mais para a platéia que nos ouve hoje.

Dos 5.286 milionários brasileiros, apresentaram em suas declarações de Renda deste ano, cerca de Cr\$ 239.500.000,00 como rendimentos não tributáveis e apresentaram para taxa progressiva, tão somente 13,8 bilhões.

Os ganhos apresentados e não oferecidos à tributação, alcançam 94% do total da renda desse mínimo contingente de brasileiros, renda esta objetivada somente em 1.979.

É de perplexidade a situação quando vemos esse agrupamento altamente privilegiado de 5.286 multi-milionários, esse grupo pagará, de Imposto de Renda, no exercício de 1.980, somando-se Imposto de Renda retido na Fonte, mais Imposto devido na Declaração, apenas 4,2 bilhões quando tiveram rendimentos não tributáveis de 237,5 bilhões de cruzeiros.

Estes tributos correspondem a uma média de 709 mil para cada um, resultando portanto, numa alíquota média de 1,7%, e aí o contraste, Sr. Presidente.

Enquanto vemos isso na minoria altamente privilegiada dos 5.286 milionários, um assalariado que durante 1.979 teve uma renda de 94,5 mil pagará de Imposto de Renda uma alíquota básica de 5%. Este assalariado terá como alíquota, para pagamento de Imposto de Renda, 5% e os bilionários, terão uma alíquota de 1,7%.

A insatisfação é geral e é evidente que o regime está isolado o que se reflete inclusive na sua crise interna, o que apressa o seu debilitamento. E isso o faz mudar de tática, sem abdicar do proselitismo em torno de pretensa abertura democrática, recua e mostra a sua verdadeira face. Manda espancar estudantes e populares, usa salva-guardas para ameaçar o Parlamento, exigindo o processo de Deputado que o criticou. Tenta adiar as eleições municipais deste ano e só a mediocridade anti-democrática que não quer realmente reconhecer esse absurdo de prorrogação de mandatos.

Torna indiretas mais uma vez as eleições e inclusive o murmúrio se multiplica de indiretas as eleições para Governador em 82 e nós não podemos duvidar. Quem não tem palavra, não merece crédito.

Um Governo que coloca no programa do PDS, que é a favor de eleições diretas, e que seus parlamentares vem aqui querer julgar a Oposição que lhe é contra, não merece o crédito de ninguém neste País, porque rasgam o seu programa, rasgam a boa fé, rasgam as promessas.

Mas o Governo pretende manipular a legislação sindical, também para dividir os sindicatos, inclusive do ABC em diversos pequenos sindicatos.

Ao mesmo tempo, apresenta um conjunto de leis, cujo caráter retrógrado apontam para as verdadeiras origens deste Governo. A lei de responsabilidade, recentemente anunciada pelo Ministro Said Farhat, ou "sai e o fará", desculpe a expressão, pretende restringir, definitivamente, o mínimo de liberdade de expressão conquistada nos últimos anos. Agora também os jornalistas e os empresários da imprensa, estão sendo observados com maior vigilância. É a lei da responsabilidade.

O Governo é irresponsável e quer aplicar responsabilidade à opinião pública brasileira.

Estabelecendo como critério para permitir o funcionamento de empresas jornalísticas, o capital da empresa, e procuram uma fórmula para acabar com a imprensa democrática e popular que floresceu no bojo das lutas sociais, nos últimos anos.

Mas não é só a lei de responsabilidade. Está aí a Lei de Estrangeiros. Saíd Farhat, Abi-Ackel, Ernesto Geisel, e outros nomes, vem com Lei de Estrangeiros. Interessante, a Lei de Estrangeiros, sob a alegação de regulamentar a entrada de estrangeiros no País, e em defesa do mercado de trabalho para os nacionais, na verdade, esta Lei, que amanhã estará no Congresso Nacional, na maioria biônica e servil, consolida acordos anteriores e institucionaliza a repressão seletiva, para aqueles que se destacaram como representantes mais legítimos nas lutas populares em países que hoje vivem sob o regime da força.

Os asilados políticos da Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai, se vêm ameaçados pela nova lei que beneficiará a repressão conjunta do Cone-Sul. E as ditaduras se manifestam na Lei de Estrangeiros.

O controle efetivo da vida dos cidadãos, através dos instrumentos repressivos que continuam intatos, é outra realidade que aprendemos a reconhecer. A "comunidade de Informações", como a chama o Senador Governista Jarbas Passarinho, continua a apontar fantasmas de comunismo em todos os lugares, principalmente onde o povo se organiza e protesta contra a situação a que chegamos depois de 16 anos de regime.

Como se vê, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as mudanças operadas pelo regime, não foram mudanças para torná-lo democrático, mas para dar respaldo legal ao seu caráter autoritário.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Vossa Excelência pinta exatamente o quadro mais real deste País. A impressão que se tem é que Hitler vivo acampou realmente em nossa Pátria. Parece que as suas previsões estão a se confirmar.

É de se perguntar, principalmente com esta Lei de Estrangeiros, onde ficaria o Sr. João Baptista Figueiredo se lei semelhante à esta houvesse na Argentina, quando seu pai teve que se exilar. É de se perguntar como ficaríamos nós todos, de nomes estrangeiros, se semelhante lei houvesse quando para cá vieram nossos avós, inclusive os próprios governantes.

Atrás disto virá também, talvez esteja no contexto de nosso discurso, o controle da natalidade. Tudo isto inserido num contexto o mais nazista possível.

Estamos realmente perante um Governo nazista, estamos perante um Governo que nem Hitler teve a ciência e a arte de concretizar. Estamos perante um Governo hitlerista, nazi-fascista, e pode ter certeza, Sr. Deputado, da pior espécie. Porque, conjugado com outros governos do continente, Vossa Excelência traz, a este Plenário, a real e triste situação do Brasil.

Mas, Vossa Excelência também há de observar que, neste plenário estão as causas da atual situação: A subserviência que existe neste País, a servilidade, é a classe política brasileira que não presta. Foi a classe política brasileira que entregou este País a esses nazistas que estão aí, pela sua subserviência.

É por isso que é lastimável que estejamos correndo, e correndo muito, tais quais "fitipaldis", aos braços dos novos "hitlers".

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte de substância qualificável, e acima de tudo, lembrando com muita oportunidade e tempestividade, que uma Lei de Es-

trangeiros como a que se pretende, amanhã, se aprovar neste País, estaria colocando o genitor do atual Presidente da República, na pior situação, quando, exilado, procurou nas leis diplomáticas respeitadas pelo mundo inteiro, o aconchego do país vizinho, Argentina, procurando escapar à pressão e opressão, quando aqui vivia.

Mas, não foi só isso, nobre Deputado, Vossa Excelência acabou de dizer que vem aí o controle da natalidade. Mas, é lógico: a verba para o Ministério da Saúde é de 0,9 por cento do Orçamento do Brasil.

Zero virgula nove por cento do Orçamento do Brasil, é a verba do Ministério da Saúde. E esse ítem seria fundamental, para que as classes, principalmente a "c" e "d", ao lado da alimentação, vestuário, moradia, educação, tivesse melhor qualidade de vida. Mas, o que o Governo propõe para resolver ou melhorar essa problemática? Propõe o controle da natalidade, que é assinar o atestado de incompetência e incapacidade do mesmo Governo em resolver os problemas sociais.

Ora, Deputado Deni Schwartz, a classe política gostaria de fazer algumas observações ao seu aparte, dizendo que não é no todo, felizmente.

E é por isso que se confia, ainda, em alguns setores da classe política. Mas, na verdade, muito pior do que a parte do militarismo que tomou conta deste País, como donos da verdade, foram a grande maioria dos civis que se acovardaram nesses 16 anos, e estão prestes, novamente, a, de joelhos, admitir um retrocesso, a se acovardar, mais uma vez, na recente história.

São os mesmos civis, de ontem, de hoje, de amanhã, porque são incapazes de propor uma alternativa séria para a maioria do povo brasileiro.

Porque, a verdade precisa ser dita: são esses mesmos países que propõem agora, no Cone-Sul, a reciprocidade de auxílios da repressão, que estão no campeonato máximo da inflação mundial.

O Chile é o campeão mundial da inflação, das 3 últimas décadas, com um aumento do custo de vida de 56,06 milhões por cento, entre 50 e 78, segundo o técnico Frank Bick, editor do "Anuário das Moedas do Mundo", em segundo está a Argentina com a inflação de 4,13 milhões por cento no período; seguindo-se o Uruguai com 888,16 mil por cento. O Brasil ocupa o 4.º lugar, com 222,96 mil por cento, e a Bolívia, o 5.º, com 60,12 mil por cento, a mesma Bolívia que está aí prestes a um novo golpe militar!

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Nelton Friedrich, quero cumprimentar Vossa Excelência, nesta tarde, que faz um retrospecto e mostra claramente a nossa política econômica dentro desta quadra que atravessa a Nação Brasileira.

Vossa Excelência colocou muito bem quando demonstrou que o modelo imposto é desumano, é um modelo que leva a Nação à falência. Haja vista de que os dados que Vossa Excelência forneceu, leva-nos a crer, de que atingiremos o fim deste ano com um déficit na balança de pagamentos de aproximadamente 6 bilhões de dólares.

Então, Vossa Excelência colocou muito bem, aonde nós caminhamos para a turbulência de uma recessão econômica. Um modelo econômico, eminente Deputado Nelton, que compra a gasolina lá fora, ou melhor, que compra o petróleo lá fora a um preço que subiu durante os últimos 7 anos, o preço CIF, subiu 670%, a taxa cambial subiu neste mesmo período 444% e a gasolina dentro do mercado interno subiu 3.263%. Isto é roubar o povo, o povo é sugado eminente Deputado Nelton Friedrich, o povo é tão sugado como quando as expedições que entram na mata amazônica e são atacados por aqueles borrachudos, assim, é o povo brasileiro, é total-

mente sugado por um sistema econômico que esmaga o povo.

Vossa Excelência também, se colocou muito bem quando demonstrou a disparidade de renda nesta Nação, onde de cada 20 mil brasileiros, um percebe 100 milhões de renda por ano, e paga de Imposto de Renda apenas, 1,7%. E, na segunda camada, de cada 4 mil brasileiros, um percebe 20 milhões de cruzeiros e paga um pouquinho mais de Imposto de Renda. Nenhum deles chega a pagar um terço do que paga o assalariado brasileiro de Imposto de Renda.

Então, veja Vossa Excelência de que o sistema aí implantado, através do golpe de estado, efetuado em 31 de março de 64, veio para proteger a grande burguesia nacional, os que não pagam nada, os poucos que ganham muito e os muitos brasileiros, os milhões de brasileiros que nada recebem e pagam o progresso desta Nação.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o aparte, cujos dados inclusive, ampliam a nossa argumentação. Porque fundamentam, acima de tudo, a denúncia, o testemunho da crítica séria e aponta aonde está realmente, um dos piores ônus que carrega a sociedade brasileira a má distribuição de renda que a Receita Federal agora, há questão de 30 dias no seu documento, prova, embora para uso interno, de que a gravidade é bem maior do que imaginávamos.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós dizíamos que na verdade, as mudanças operadas pelo regime, não foram mudanças para torná-lo democrático mas para dar respaldo legal, ao seu caráter autoritário. Mas, e o povo? O que recebe em resposta nesta angustiante situação?

O povo que não tolera mais as imposições deste Governo anti-democrático, anti-popular e submisso ao capital internacional, expressa cada vez mais suas aspirações de um Governo eminentemente democrático, um Governo de unidade popular, que signifique o estabelecimento de condições democráticas que permitam, a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana, e dê conta das tarefas iniciais de reconstrução da vida da Nação brasileira. Porque se nós falamos e seguidamente, na Assembleia Nacional Constituinte é exatamente que entendemos, ser o único caminho presente a ser seguido pela Nação brasileira.

Afinal, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esta mesma Assembleia Nacional Constituinte, livre e soberana nas condições democráticas ideais que são seus pré-requisitos, é que poderá dar um pouco mais de satisfação, de entusiasmo e psicologicamente até transformar a Nação Brasileira, num novo embalo, rumo à soluções maiores das classes populares.

O povo demonstra que está disposto a fazer frente a todas as medidas ditatoriais que o regime venha a utilizar em sua tentativa de preservação. Certo de que somente a substituição do regime pelo estado de Direito lhe dará a oportunidade de participar efetivamente de todos os níveis decisórios, interferindo em todos os momentos, na construção de um País independente, é o que se propõe esta parte. É o que se propõe a Nação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa comunica ao nobre Deputado que o tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado, entretanto a liderança do partido do nobre Deputado lhe concede dentro do horário, 5 minutos, para o encerramento do seu pronunciamento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço à Liderança e utilizo estes 5 minutos, inclusive para oferecer um aparte que me foi solicitado e o faço desde já. E gostaria que, por gentileza, fosse um pouco breve, para que eu pudesse concluir conforme o presidente determinou.

O Sr. Gabriel Manoel — Eu agradeço a Vossa Excelência em me conceder esse aparte. E vejo em Vossa Excelência, Depu-

tado, um homem querendo acertar; um dos nobres Deputados da oposição que luta, mas que até agora, não veio à essa tribuna para dar a sua contribuição, para achar soluções. Porque nós sabemos perfeitamente que o Brasil é um País, que está em efervescência como todo país, como a grande Nação Ameciana, os Estados Unidos da América do Norte, que em sua crise, para que se tornasse um dos países mais poderosos do mundo, passou o que o Brasil está passando. Sabemos que a Oposição tem razão, radicalizando, falando, muitas vezes dentro dessa programática. Mas de que adianta uma constituinte se nós não temos o remédio, Deputado, não adianta virmos aqui esbravejar e dizer, se não temos uma solução, o Presidente Figueiredo pediu uma solução à oposição. Vamos unidos então, deixar as quizilhas políticas de lado; vamos arranjar uma solução por mais remota que seja, vamos dar uma solução ao Presidente, aos seus homens, que estão querendo acertar. Digo a Vossa Excelência, essa ditadura militar dos males é o menor, porque é preferível uma ditadura militar cristã, do que uma ditadura do proletariado, como nós temos na Rússia e temos em Cuba. Que cerceia seus companheiros, que cerceia seus patriotas, que vêm procurar refúgio em outras partes. Então é isso. Eu queria que Vossa Excelência me perdoasse. Qual é a solução que Vossa Excelência sugere neste momento, para que se acerte o modelo econômico brasileiro?

Muito obrigado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Agradeço o seu aparte e gostaria de dizer que Vossa Excelência talvez bateu no alvo errado. Porque, como o regime que Vossa Excelência mantém e serve, nós não queremos receitas que se comprem em farmácias, ou mercadorias que se comprem em mercados, para resolver o problema brasileiro.

A receita para a solução da problemática nacional está acima de tudo e de imediato, em abrir legitimamente a participação de todos os segmentos sociais às decisões e nas rendas nacionais. É o primeiro passo. E se nós pregamos a Assembleia Nacional Constituinte, é porque nós queremos romper o pacto techno-burocrático que se instalou neste País e elaborarmos um novo pacto social. E que a Assembleia Nacional Constituinte, com um governo provisório é que determinará, que rumos haveremos de tomar, após uma ampla discussão nacional, do que é importante para os brasileiros e do que é necessário para o Brasil. Só depois, é que nós poderemos falar num projeto e num programa.

Só concluiria, Sr. Presidente, dizendo que é lamentável nós termos que dizer isso. Mas o próprio Presidente da República, quando ele diz: Eu pergunto que nos dêem soluções, ele está mostrando seu papel principesco; eu não pergunto, como presidente, ele deveria dizer: A Nação precisa debater e trazer-me idéias.. Mas é mais uma presença autoritária, principesca, dos donos da verdade, das escolas monetaristas, da escola de Chicago, dos que pretendem ser os donos da verdade.

Mas, Sr. Presidente, concluo dizendo: já não bastam as promessas de eleições diretas para um futuro sempre adiado. Já não faz efeito a retórica pseudo-democrática. Ninguém mais acredita na abertura com salvaguardas, no arbítrio refinado, e incorporado à própria Constituição que guarda o espírito do próprio AI-5.

O povo pede mudanças, quer um Governo no qual esteja representado, para defender os seus interesses e os da Nação; um Governo de ampla frente democrática, que se estabeleça para se opor ao regime nestes últimos 16 anos; um Governo, termino, Sr. Presidente, de unidade popular, refletindo o avanço de todas as lutas, e que acabarão por derrotar aqueles que hoje se mantêm no poder graças ao uso da força.

E tenho certeza, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que

a tarefa, inclusive, dos Paramentos no segundo semestre, haverá de ser a discussão sobre a questão do poder que precisa ser mudado.

Muito obrigado. — *Sem revisão do orador*).

O SR. PRESIDENTE — No horário restante ao PMDB, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO -- Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apesar dos apanágios e coberturas publicitárias que se montam a nível de Governo, no sentido de induzir a produção, estimular o plantio para conquistar divisas externas, a agricultura no Brasil vem-se decompondo aos poucos, como se decompõe a sociedade e a economia brasileiras.

Primeiro, porque o Governo após 64 fez e está fazendo do homem do campo o agente, o instrumento da produção, visando conquistar produtividade para o pagamento praticamente exclusivo da dívida externa.

Aliás, veja-se, por exemplo, que o governismo debita quase que totalmente aos encargos do petróleo o índice inflacionário próximo a 100%, e que a Fundação Getúlio Vargas já debita a mais de 100%, quando esta compra nos custa cerca de 10 bilhões de dólares anuais.

Mas, acontece que a nossa dívida externa, Sr. Presidente, tão elevada nos custa também, anualmente, cerca de 10 bilhões. Mais até, do que 10 bilhões de dólares, que o povo brasileiro paga, apenas, de juros, e encargos com esta dívida que se multiplica todos os anos, e proximamente estaremos à beira do mais profundo abismo.

Então, é de se perguntar: o que é pior para a nossa economia e para o povo brasileiro, a OPEP ou o GOVERNO?

Os projetos faraônicos extemporâneos e promocionais do Governo, muitas vezes, asoberbam os setores de produção no País, obstrui o crescimento econômico coordenado, justo e racional, e desagrega os objetivos da conquista maior, que é o bem comum, meta de equilíbrio social de nivelamento de minimização das frustrações, alargando as injustiças com isso, vale dizer, compromete até o primado maior que é a democracia.

Hoje o Brasil é forte produtor agrícola, com avançada competição no mercado internacional. Mas, para quem se destina esta produção que o Governo induz o povo a fazer? Para os brasileiros? Não, Srs. Deputados!

Destina-se a pagar juros e serviços dos encargos da dívida externa, apenas isso.

Em última análise, está subtraindo dos pequenos agricultores, arrendatários e empregados rurais, o direito de viver dignamente.

E ainda agora, recentemente, tramita no Congresso Nacional, o asoberbamento da subtração dos lucros da agricultura com o projeto da previdência rural.

Parece-nos que este modelo econômico idealizado pelos sucessivos Governos destes últimos 16 anos, está apenas transferindo renda de uma grande e sofrida camada social para os privilegiados que se aglomeram no circuito fechado do Poder administrativo e econômico do País.

A classe média rural e urbana responsável pela dinâmica desse mecanismo, contenta-se em colher as migalhas que caem da mesa do Poder, e se tornou impotente para reagir ante o gigantismo dos desajustamentos administrativos e inflacionários.

Fala-se da grande prioridade que o Governo vem dando à agricultura, mas a produção nacional, embasada nos resultados dos Estados do Sul, hoje está praticamente comprometida pela elevação das taxas de juros que o Governo multiplicou ultimamente e só deu privilégio para os grandes empreendimentos do Norte e do Nordeste que vale dizer, do Norte do País, com novas conquistas, conquistas de novas fronteiras, está entregue, sem nenhum critério, aos grandes empresários, diga-se de passagem, grande parte deles, estrangeiros.

Não é demais afirmar que o produtor rural vive atemorizado pela inconstante política oficialista que titubeia sem rumo e sem justiça.

Recorda-se que no Governo Médici, houve uma especulativa mobilização no mercado de papéis e ações, onde milhares de chefes de famílias, particularmente de trabalhadores do campo, que venderam as suas pequenas propriedades, para desfrutar de uma vida melhor nas cidades médias e nas capitais, colocando seu dinheiro à mercê do mercado de capitais e das ações e das cadernetas de poupança, inventada pelo Sr. Delfim Neto.

Essas propriedades foram aos poucos absorvidas e transformadas em grandes fazendas e seus titulares indo para as cidades formar pólo da miséria e da sub-moradia nos subúrbios e nas favelas.

Com a inflação, deterioraram as poupanças e reservas, ficando essas famílias, atiradas nos becos da marginalização e sem possibilidade de emprego que o Governo tanto diz, está conquistando com grandes investimentos.

Preocupados com os efeitos da política econômica, desse Governo que não tem metas, não tem rumos e tendo em vista os seus efeitos, a agricultura vem se ressentindo com os problemas climáticos acumulados em vários anos e agora com as medidas econômicas oficiais, que repercutem diretamente nos setores de produção.

Já estamos cansados de formular apelo às autoridades do Ministério da Agricultura, dando sustentação política aos agricultores que pelas suas entidades de classe, tem manifestado claramente contra essas medidas atrabiliárias que não alcançam nenhum respaldo e nem encontram o eco do que reclama a classe política.

O plantio do trigo foi feito a reboque e quase só baseada na pertinácia do agricultor que não mereceu a devida atenção oficial quanto ao preço mínimo que veio tardia e insuficientemente. Depois a fixação dos mecanismos do valor básico de custo que fora de época e irreal desajustou o ritmo de trabalho dos agricultores, criando sérias preocupações aos produtores de sementes e às cooperativas sobretudo da região mais produtiva do País que é o Oeste do Paraná.

É forçoso afirmar que os engenheiros agrônomos, filiados no núcleo Oeste paranaense, fizeram um levantamento pela sua associação, e concluíram que se os estoques fossem (estoques de sementes de trigo) fossem entregues ao CETRIN pelo preço comercial, de aquisição, provavelmente esses valores não dariam para cobrir as despesas já ajustadas e compromissadas com o próprio Banco do Brasil e, entre as quais, podemos citar a mão-de-obra, a energia elétrica, o capital investido, o dispêndio técnico-administrativo e tantos outros.

Mesmo assim, é insuperável o obstáculo que hoje vive a economia rural, ao lado da industrial e da extrativa.

Como fica a auto-suficiência que o Governo tanto apregoa no setor da triticultura? De que forma os produtores equacionarão os recursos humanos e de trabalho, para vencer o proletariado oficial?

A imprensa retrata a palavra do Governo, dizendo ser auspiciosa a colheita de trigo, mas na Região Norte, há cerca de 502.600 sacas de sementes de trigo, sem qualquer possibilidade de serem plantadas. No Oeste, este levantamento chegou à estatística de 865.100 sacas de trigo. O Sudoeste teria 125.200 e, no Sul, 187.800.

Mas esta não é a palavra do Secretário da Agricultura, que fala em pouco mais de 674 mil sacas de trigo.

Estes estoques foram levantados recentemente, e o prejuízo, se forem corretos estes números, Sr. Presidente, chegará a custar 900 milhões de cruzeiros, quase um bilhão de cruzeiros. Isto porque a política oficial não teve planejamento adequado, não agilizou os mecanismos oficiais à sua disposição, num momento adequado, para que a economia rural pudesse equacionar a sua disposição de trabalho.

Isto poderá comprometer não só o setor de sementes, mas poderá comprometer também o ânimo do agricultor para jogar a semente no solo. E o Paraná, Sr. Presidente, que representa quase 30% de produção de grãos no País, como ficará a sua economia? Como ficarão as suas autoridades?

Concluo perguntando ao Governo, onde estarão os homens que mandam neste Estado? As suas potencialidades de representação política e o seu prestígio, ganham corpo apenas nas páginas da História do Brasil, sobretudo fazendo "bóias-frias".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa consulta a Liderança do Partido Popular. — (Declina).

Tendo declinado, consulta a Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro. — (Declina).

Tendo declinado, consulta a liderança do PDS.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado ao PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Eron-
dy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Janeiro, 1961. Em Idaho Falls, Estados Unidos, um curto-circuito no reator atômico SL-1 matou três técnicos. A descarga durou 1/500 (um quinhentos-avos) de segundo. As cabeças e as mãos dos cadáveres tiveram que ser serradas dos corpos e sepultadas como lixo radioativo: o contato com elas será perigoso para qualquer criatura viva durante dez mil anos.

Dezembro, 1952. Em Chalk River, Ontário, Canadá, um operador virou algumas válvulas no sentido anti-horário, quando o certo seria o inverso. Cinco milhões de litros de água radioativa inundaram a estrutura. Acidente sem mortes.

Março, 1975. Browns Ferry, Estados Unidos. Um eletricitista segurou uma vela perto de cabos elétricos. O incêndio apagou dois reatores de um milhão de megawatts custando aos contribuintes 100 milhões de dólares. Sem mortes.

Outubro de 1966. Detroit, Estados Unidos. Uma peça de zircônio soltou-se e danificou o reator Enrico Fermi. Um estudo da Universidade de Michigan estimou que se o reator fugisse ao controle, a contaminação poderia ter matado 133 mil pessoas. Sem maiores danos.

1957, cidade de Kyshteyn, montes Urais, União Soviética. Este seria o mais grave acidente nuclear conhecido. Está denunciado apenas pelo geneticista Zhores Medvedev, um refugiado russo. Ele conta que houve centenas de mortes e milhares de pessoas hospitalizadas ou evacuadas. A opinião pública desconhece detalhes... Os russos não informam à opinião pública...

O mais recente acidente nuclear. Three Mile Island, Pensylvania, primavera de 1979. Uma conjugação de erros provoca o maior acidente da história do programa nuclear dos Estados Unidos. Até hoje as instalações do reator número dois estão cerradas. Lá dentro soa uma campainha de alarma. E os maiores cientistas e engenheiros do País não sabem como se há de entrar lá.

Senhores Deputados.

Temos trocado impressões, nesta Casa, sobre a controvérsia aberta com o programa nuclear brasileiro, suas conveniências e seus perigos. Em nosso pronunciamento sobre o assunto, deixamos claro nosso pensamento.

Concordamos em vários pontos de vista manifestados por Senhores Deputados da Oposição, quando indagam sobre a oportunidade, temem consequências ecológicas, aterORIZAM-se ante esse potencial de dano que pode ser um medo universal, a energia nuclear.

Mas discordamos da forma irresponsável como algumas vezes o assunto é exposto. O mundo é pintado como um faroeste — bandidos e mocinhos — onde quem admite o uso pacífico da energia nuclear é bandido, seus adversários os mocinhos.

Os bandidos, além do mais, são negociistas, corruptos, e

quantos mais adjetivos caibam, desde que não sejam lógicos ou racionais.

Para brigar contra os bandidos, quanto mais irracionalidade melhor.

Não encaramos essa espécie de debate como político, ao nível de situação e oposição, como alguns dos Senhores Deputados do PMDB — poucos é certo — querem trazer a esta Casa.

Já disse — não se trata de um problema político, sim de um problema universal da espécie humana.

Porque, Senhores Deputados, no filme que imaginam os ansiosos por ganhar votos, não existem mais mocinhos.

Só bandidos, porque hoje está toda a humanidade, todo o Planeta, sob o risco nuclear.

Uma usina não é uma bomba. Teoricamente, a possibilidade de explosão praticamente não existe. Mas só na Europa existem estocadas nada menos de 8.000 ogivas nucleares, estas sim feitas para explodir.

Quantas mais haverá nos Estados Unidos, nos Países Socialistas? Todos os Países de expressão tecnológica possuem bombas atômicas, e mesmo alguns não desenvolvidos, como a Índia.

Isto sim, uma grande ameaça.

Só os Estados Unidos têm mais de cem submarinos atômicos funcionando. Ninguém protesta.

Há hoje em funcionamento no mundo 235 usinas nucleares. Nos Estados Unidos estão sendo construídas mais 83 e 47 estão projetadas. Foi estimado que o resíduo radioativo — o lixo atômico — a ser produzido pelos Estados Unidos nos próximos vinte anos, daria para pavimentar uma rodovia de quatro pistas, com pavimento de 30 centímetros de espessura, que atravessaria os Estados Unidos do Atlântico ao Pacífico. Aproximadamente 350 milhões de metros cúbicos.

Sem mais argumentar, só quero mostrar uma verdade. Se a energia nuclear é uma aventura, já estamos nela até o pescoço, não há como escapar.

Mas seria válido fazer uma pergunta. Terá a Humanidade enlouquecido? Estará o homem envolvido numa tarefa sinistra de providenciar sua própria auto-destruição e o fim do Planeta? Talvez seja verdade... Mas não creio que isso possa ocorrer advindo do uso pacífico do átomo. Se algum acidente ocorrer, a própria lei das probabilidades aponta para o crime real, o perigo sempre iminente representado pela acumulação das armas nucleares.

Não defendo a entrada do Brasil na exploração do átomo. Faltam-me conhecimentos científicos para tanto. Como todo homem, também tenho medo do que não conheço. É um sentimento parecido aos dos índios ante o estampido da arma de Caramuru.

Portanto, também não combato essa incursão atômica brasileira, dando um crédito de confiança àqueles que, certamente tão patriotas como eu, e dotados de conhecimentos científicos maiores, encampam nossa posição atual.

Não acredito, Senhores, que o mundo esteja mergulhado numa aventura louca, criada, exatamente, por quem pretende criar fontes de energia geradoras de empregos e bens.

Há outro argumento também a ser pensado. Toda acumulação de energia é potencialmente perigosa. Se a barragem de Itaipu romper, em consequência de um tremor de terra, cidades como Foz do Iguaçu e outras às margens do Paraná serão arrasadas. Se, aqui mesmo em Curitiba, explodir o Parque de Combustíveis da Vila Parolim, metade da cidade será destruída. E nós, Senhores Deputados, aprendemos a viver sem pensar nesses riscos, embora eles ameacem.

Não era nossa intenção, realmente, após protestar contra as injustiças de certos pronunciamentos, voltar a este assunto.

E, eu faço hoje, embora a ausência do nobre Deputado Gernote Kirinus, que eu soube há poucos instantes ter submetido a intervenção cirúrgica, da qual eu faço votos que se recu-

pere rapidamente o nobre Deputado. Mas, como nós estamos praticamente às portas do recesso, é que eu aproveito na ausência do Deputado a fazer este pronunciamento. Porque em nossa ausência o Deputado Gernote Kirinus, referiu-se àquilo que comentamos, qualificando o nosso pensamento de subserviente, como hoje nós ouvimos aqui também um outro Sr. Deputado, chamar todos os políticos de subservientes. Nós, não concordamos absolutamente com essa colocação do nobre Deputado. Mas, o nobre Deputado Gernote Kirinus, qualificou o nosso pensamento subserviente a um regime ultrapassado e aberrante perante a ciência econômico-social.

É aí que se duvida Sr. Presidente, da boa vontade que deve nos unir em torno de debate honesto sobre um assunto grave e palpitante. Pensamento subserviente, se o meu o é, sempre será aos interesses do meu povo e da minha Pátria. Jamais será subserviente a qualquer regime, especialmente se não for um regime bem brasileiro, sabor do nosso gosto de brasileiro.

Eu rechasso essa descortesia do Deputado Gernote Kirinus, embora a sua ausência lamentável em todos os sentidos. Que não diria o que disse na minha presença sem ouvir a devida resposta e, peço vênha agora, para com toda a humildade e respeito que o assunto merece, discordar de outro ponto de seu pronunciamento. Disse o Deputado Gernote Kirinus, invocando o pensamento de uma pessoa chamada Gunner Frag, que ele diz ser cientista, economista, sociólogo, ele disse, Seu Gunner Frag, diz que é errado comparar o atraso econômico de um País, com o estágio pelo qual passaram outras Nações. E nós, sinceramente, ficamos vivamente interessados em conhecer melhor o pensamento desse Sr. Gunner Frag.

Infelizmente, não encontramos o nome dele em nenhuma enciclopédia. Mas, a afirmativa pareceu-nos bastante ousada.

Pode um País, nascer desenvolvido e pleno? Pode alguém nascer homem sem ter sido nenê? Como ter-se a idéia de dimensão de desenvolvimento? Não seria apenas comparando?

Se nós somos pouco desenvolvidos, ou subdesenvolvidos, certamente é porque alguém é mais desenvolvido que nós. Isto é inegável, não precisa vir o Sr. Gernote Kirinus, nem o Sr. Gunner Frag, afirmar isso à Casa.

Assim nos parece, até que possamos estudar melhor o tal Senhor Gunner Frag.

E então, partindo daí, disse o Deputado Gernote Kirinus que o Brasil deve buscar o seu próprio modelo de desenvolvimento. Pregou o rompimento com Países desenvolvidos. Investiu contra a mecanização da lavoura, dizendo que tira empregos. Disse que o Brasil se deve isolar do Mundo. Disse que a única energia indispensável ao Brasil é a energia humana, da inteligência, da educação.

(Pena que ele não use essa energia...)

Enfim, pregou o Senhor Deputado uma redistribuição de tangas e tacapes para todo mundo poder curtir este Paraíso, o que seria "uma boa".

Não quero desperdiçar o tempo dos Senhores, contra argumentando.

Mas peço licença para citar uma opinião bem brasileira, como a de Darcy Ribeiro, cujos pensamentos ninguém tem dificuldade em encontrar:

O passado está cancelado pela nova tecnologia. O progresso tecnológico é acumulativo e irreversível. A solução não é voltar, pois este seria um pensamento místico, à busca de um paraíso perdido no passado. Também de nada adiantam ingênuos apelos à moral e à ética, pois elas próprias são já frutos da racionalidade que gerou o sistema.

Entre Gunner... Gunner... Gunner Frag e Darcy Ribeiro — um homem que é da Oposição, mas pensa — fico prazerosamente com a Oposição.

Assim não podem dizer que jamais concordo com ela. Concorde, com prazer. Basta ser... inteligente..."

Sr. Presidente, antes de terminar, eu lamento profunda-

mente que não tenha o nobre Deputado Adalberto Daros, entendido o nosso pronunciamento no Pequeno Expediente. Quando nós dissemos que a bancada do PMDB, talvez por falta de coesão havia perdido seis dos seus membros. Sem que isto representasse uma perda de autoridade moral, de quem quer que seja.

O nobre Deputado investiu, em termos contra a nossa pessoa, dizendo que nós jogamos na invertida; eu nunca joguei no bicho. Mas vou aproveitar o palpite para jogar numa invertida, que nós éramos do PSD, agora somos do PDS, sempre fomos do PSD, partido que já deu à este País, os melhores líderes, civis, que a história brasileira conhece. E eu tenho muito orgulho, como Vossa Excelência também deve ter, de participar do PDS, como Vossa Excelência também deve ter, de participar do PTB, que é um partido que eu admiro; que é um partido que encontra as suas raízes dentro do mesmo homem que criou o PSD neste País. Eu conheço a vida política de Vossa Excelência, do pai de Vossa Excelência, que foi realmente um Deputado que honrou esta Casa de Leis. Estão aí os anais enriquecidos, pela atuação do grande Deputado Daros, o seu pai. Estão aí enriquecidos a sua luta, principalmente contra o domínio do capital naquela época sim, capital espoliativo, principalmente no setor de energia elétrica. Conhecemos as raízes políticas de Vossa Excelência, Vossa Excelência apenas retornou à Casa Paterna, apenas retornou ao Partido de origem. E nós ficamos onde sempre estivemos, no partido de centro, representando o pensamento liberal do País. Porque nem todas as tendências podem ser iguais, senão estaríamos na Rússia, ou nos países socialistas. Nós não podemos ser todos esquerdistas. Respeitamos o posicionamento dos homens de esquerda, dos homens de centro; dos homens de direita. Mas nós sempre fomos centro, liberais, sempre militamos no PSD por isso estamos no PDS. Mas nós não quisemos absolutamente ofender, nem o Deputado Presidente do PMDB no Paraná, apenas defender a nossa posição de líder. Que não temos culpas de divergências pessoais existentes dentro da nossa bancada. Não nos falece autoridade moral, porque, no instante em que ela não existir, nós teremos a hombridade de encaminhar à Mesa a renúncia de nosso mandato, e nos recolhemos à vida privada. Concedo aparte à Vossa Excelência.

O Sr. Adalberto Daros — ... Deputado Erondy Silvério, apenas

Sr. Presidente, para poder justificar, se Vossa Excelência permite, dizer a Vossa Excelência que naturalmente quando usei da palavra, no Pequeno Expediente, foi por não ter concordado apenas com uma palavra colocada por Vossa Excelência, quando disse "que se evadiram" foi o termo colocado por Vossa Excelência. "Se evadiram do PMDB". Talvez eu não tenha entendido bem, Deputado.

Então, no que diz respeito ao pronunciamento de Vossa Excelência, em parte não concordo, mas não vou levantar agora. E gostaria de cumprimentar Vossa Excelência mesmo porque devo dizer que sou um homem democrata. Vossa Excelência disse que existem os de esquerda, de centro, de direita. Eu sou um homem democrata. Se ser democrata é ser de esquerda, de centro ou de direita, eu sou um homem democrata. Não importa a qualificação para frente.

E eu concordo com Vossa Excelência e parabeno-o... O SR. ERONDY SILVÉRIO — Os russos também dizem que o seu regime é "democrático".

O Sr. Adalberto Daros — ... eu parabeno Vossa Excelência quando diz que continua no mesmo sentido, liberal, não é? Acho que devemos ter na vida um sentido correto da coisa. Eu continuo democrata. Se ser comunista é ser democrata, eu repito: ser ser democrata é ser comunista, aí fica no entender de Vossa Excelência.

Obrigado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu apenas quero colocar bem...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa lamenta, mas informa que o

tempo de Vossa Excelência na tribuna está esgotado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Eu agradeço a Vossa Excelência e apenas queria fazer uma colocação do meu ponto de vista. A democracia, hoje, serve de "caput" às grandes ditaduras, especialmente dos países socialistas. Aqui Vossa Excelência fala mal do Governo, aqui a Oposição chama o Governo de corrupto e ainda recebe 200 mil por mês para dizer isto.

Na Rússia Vossa Excelência estaria encostado num paredão. Lá é ditadura, aqui não!

Aqui é democracia!

Aqui nós vemos Deputados — chamar de "canalhas" os homens que elaboraram o Programa Nuclear do Brasil; chamar os generais de Exército de "corruptos" e ainda receber 200 mil cruzeiros por mês para dizer isso!

Em Cuba, estariam irremediavelmente fuzilados!

Isto aqui é democracia!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário dos Srs. Sílvia Iwata e Emílio Carlos Cristiani, empresários do Município de Maringá.

O Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, convida os Srs. Deputados para a reunião que terá lugar no dia 25, do mês em curso, às 9,30 horas, ocasião em que os Srs. Agide Meneghetti e Paulo Cesar Furiatti, respectivamente, Presidente e Diretor Administrativo da Associação dos Agrônomos do Paraná, prestarão depoimento acerca da política agrícola e do uso de agro-químicos.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem). Requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere e procederá a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

Responderam à chamada nominal 34 Srs. Deputados. Há "quorum" para prosseguimento da sessão e conseqüente votação.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 67/79, que declara de utilidade pública a "Associação de Recuperação de Alcoólatras de Apucarana", com sede e foro na cidade de Apucarana. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 67/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE ALCOÓLATRAS DE APUCARANA, com sede e foro na cidade de Apucarana.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 115/79, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Congonhinhas o Rolo Compressor que especifica. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 115/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Congonhinhas, o Rolo Compressor Tipo Tanden 2 rd, Marca Muller, Modelo RT-2, Ano 1962, Chassis 6114-195-B com todos os seus pertences, que atualmente presta serviços ao referido Município.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 31/80, que declara de utilidade pública a "Caritas Paroquial de Clevelândia", com sede e foro em Clevelândia. — Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 31/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CARITAS PAROQUIAL DE CLEVELÂNDIA, com sede e foro no Município de Clevelândia.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 17 de junho de 1980.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente

LINEU TURRA — Relator

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 41/80 — Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 152/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 128/79), que dá nova redação à Lei n.º 7.074, de 02 de janeiro de 1979, que trata da organização da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências. Parecer da C.C.J., considerando em condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. ADALBERTO DAROS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Para discutir, concedo a palavra ao Sr. Deputado Adalberto Daros.

O SR. ADALBERTO DAROS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Já em outras oportunidades, nos referimos à esta Mensagem Governamental, que levou o número 128/79, e de que naquela oportunidade me declarei favorável aos vetos apostos nesta mensagem que hoje volta a esta Casa, para discutí-los.

Todavia, Sr. Presidente, devo lembrar, nesta oportunidade, que esta Casa que é um Poder que tem coo órgão auxiliar o Tribunal de Contas, como tal, deve fiscalizá-lo e deve, na medida do possível, tentar fazer com que não se faça o que o Tribunal de Contas do Estado está a fazer.

Lembro-me, Sr. Presidente, que ao discutirmos aqui a prestação de contas do Governo do Estado, dos anos 77 e 78, se não me engano, o Tribunal de Contas, através do relator daquela matéria, Sr. João Feder, que faz parte do referido órgão, entre outras coisas procura dizer de que aquele Tribunal deveria verificar as contas desta Assembléia Legislativa.

No entanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, coloca no seu relatório daquelas prestações de contas, e demonstra um furo nas contas dos anos de 77, 78. Furo este que vem desde 1971, desde o Governo do Sr. Haroldo Leon Peres. Quem, Sr. Presidente, poderia, da forma como tem colocado, da forma como tem dito através destes pareceres, da forma como vem se colocando o Tribunal de Contas, como poderia ele dizer de que tem autoridade maior? Se não nega, não rejeita contas do Governo do Estado, se existe um furo?

Hoje, Sr. Presidente, discutimos um veto governamental, apostado à uma mensagem que dizia respeito à Procuradoria Gera-

do Estado. Torno a repetir de que esta Casa efetivamente dormiu, errou, quando aceitou uma emenda do ilustre Líder do Governo, que misturou a Procuradoria Geral do Estado com o Tribunal de Contas do Estado. Lembra-me isto, Sr. Presidente, e gosto agora de repetir, há muito tempo atrás nesta Assembléia, quando se propunha de que a escola de tal localidade se chamaria "José dos Anzóis Pereira" e, logo em seguida, alguns Deputados daquela época, emendavam dizendo que ficavam criados cem ou duzentos cargos de professores no Estado. Lembro-me disto, Sr. Presidente e esta Casa toda sabe disto.

E aconteceu de novo. Misturaram, Sr. Presidente, como se diz na gíria: "alhos com bugalhos" e esta Casa engoliu.

Achei interessante o Deputado Dácio Leonel, quando propôs agora, revogação de artigo daquela lei. Mesmo porque, Sr. Presidente, todo ilustre brasileiro, indicado para o Tribunal de Contas, já estava contando determinado tempo. E logo após, com essa lei, somente os que lá estão, auditores, procuradores etc., contarão tempo de serviço dos respectivos órgãos de classe a que pertenceram.

Então, se o ilustre auditor, procurador, do Tribunal de Contas, for pescador das barrancas do Rio Paraná e for registrado, contará, o tempo que pescou naquele rio. Se é que pescou 15 anos, contará 15 anos, no Tribunal de Contas do Estado, para efeito de aposentadoria.

Isso me lembra, neste Estado, o Governo passado do Sr. Ney Braga, quando ele criou o "seu talão vale um milhão". Depois, voltou com o atual "Zequinha", para tentar arrecadar mais neste Estado!

Agora, lembro-me de algumas aposentadorias de seu Governo que estão voltando, exatamente como acontecia naquela época.

Deus queira, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que este Estado não pegue fogo, porque esse Papa que está aí não é tão bobo como o anterior — bobo no bem sentido — bobo que mandou até dinheiro para este Estado!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, se esta Casa fosse consciente, realmente, em defender o povo para valer, daqui para frente, pensaria um pouquinho mais ao votar as coisas, ao analisar as coisas, e até para emendar alguns projetos de lei como esse.

Acredito — tenho certeza — que se por acaso o trabalho do Sr. Governador do Estado estiver concluído, nas aposentadorias do Tribunal de Contas, daqui a alguns meses, o projeto de lei do Deputado Dácio Leonel passará nesta Casa. Mesmo porque a Emenda do Deputado Erondy Silvério é para os atuais ocupantes do Tribunal de Contas.

Sinto, Sr. Presidente, às vezes, até vergonha de pertencer a este Poder.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Em votação. — Rejeitado o projeto, mantido o veto.

O SR. ADALBERTO DAROS — (Pela ordem). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa defere. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 152/79, queiram levantar-se. — (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam o projeto, queiram levantar-se. — (Pausa).

8 Srs. Deputados aprovam; 16 Srs. Deputados rejeitam. Não há "quorum" para votação, apenas para prosseguimento da sessão.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do acadêmico de Direito, Luiz Carlos Krüger Pereira, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Antônio Machado. — **Aprovado.** — Ao

Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, reivindicando a criação de um Posto de Correio para o Distrito de São Roque, Município de Santa Helena. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A., reivindicando a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito no Distrito de São Roque, Município de Santa Helena. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a intervenção do órgão, para imediata viabilização de providências para funcionamento do Gabinete Odontológico instalado na "Escola Castro Alves", na cidade de Pato Branco. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo seja construída uma creche no Município de Itamaracá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário do Interior, encarecendo a inclusão do Município de Jaguapitã, no projeto noroeste para combate à erosão urbana. — **Em discussão.**

(É solicitado a palavra para discutir).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do Art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, enfatizando a necessidade da instalação da Comarca de Quitandinha. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do D.E.R., encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando Capitão Leônidas Marques ao Município de Realeza, bem como a pavimentação asfáltica do trecho entre o Rio Iguaçu e a sede do Município de Realeza. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Transportes e Diretor Geral do D.E.R., encarecendo a estadualização para conservação, melhoramento e posterior pavimentação de diversas estradas partindo do Município de Guaraniaçu. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, em forma de pedido de informações com referência ao surto de hepatite, que preocupa a população do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Tribunal de Contas do Estado, em forma de pedido de informações sobre a estrutura e seu funcionamento. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça,

em forma de apelo no sentido de ser criado o Distrito Judiciário de São João, Município de Altônia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, em forma de apelo, no sentido de ser criado, em ocasião oportuna, o Distrito Judiciário de Jardim Paredão, Município de Altônia. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, transmitindo apelo no sentido de ser criado, em ocasião oportuna,

o Distrito Judiciário de São Jorge, Município de Altônia. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 25, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 41/80.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 42/80.

Levanta-se a sessão.